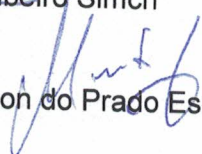


Ata nº 17/2021

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às nove horas, na Prefeitura Municipal de Santo Antônio das Missões, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos, nomeados pela Portaria 32.514/2019, para discutir sobre o panorama econômico de **novembro de 2021** e o seu reflexo na carteira de investimentos do FAPS. No mês de novembro de 2021 a rentabilidade total auferida foi **positiva** no montante de **R\$ 290.797,97** e a rentabilidade acumulada do ano é positiva no valor de R\$ 352.755,75. O montante aplicado somado com o valor disponível é de R\$ 17.336.485,00. Em relação ao risco, 39,5% da carteira está alocado em investimentos de grau baixo, 43,9% em grau baixo/médio, 12,4% em grau médio/alto e 4,3% em grau alto. Os graus variam em razão do mercado e comparando com o mês anterior quase não houve mudança. Analisando os principais benchmarks temos a seguinte rentabilidade: IMA Geral 1,80%, IMA B 3,47%, IRF-M1 0,79%, Ibovespa - 1,53% e IPCA+5,47% 1,40%. Segundo relatório da empresa de consultoria, em novembro a percepção de risco fiscal que havia se intensificado em outubro se reduziu, levando ao fechamento na curva de juros, principalmente nas taxas longas. Já as expectativas de curto prazo permaneceram elevadas em virtude da inflação. A redução nas expectativas levou a valorização dos ativos de renda fixa pela primeira vez em meses, como por exemplo os títulos públicos. A inflação segue muito elevada, os dados divulgados no mês foram os maiores em quase 30 anos, e o presidente do Fed, Jerome Powell, disse que a inflação não pode mais ser caracterizada como "transitória", dada a constante surpresa para cima nos últimos meses. Na Zona do Euro desde o início do mês houve uma nova onda de Covid-19 resultando no retorno de restrições de mobilidade em diversos países (Alemanha, Áustria). Ao mesmo tempo, a inflação ao consumidor veio bem acima do projetado. A nova variante de COVID-19, Ômicron, que vem se tornando dominante na África do Sul e se espalhando para outros países no mundo gera preocupação. Vindo para o Brasil, em termos fiscais, a PEC dos precatórios foi aprovada nas duas casas legislativas, ainda necessitará passar novamente pela Câmara dos Deputados, antes de ser promulgada. A credibilidade da política fiscal dificilmente será reconquistada antes da próxima eleição presidencial. Sobre a inflação, tivemos um número elevado de choques ocorrendo ao mesmo tempo e que levaram o IPCA para o patamar de dois dígitos, há muito não visto. O IPCA em novembro registrou 0,95%, desacelerando em relação a outubro. No acumulado de 12 meses, a inflação chega a 10,74%, a maior desde novembro de 2003 (11,02%), bem acima da meta estabelecida. Já o INPC foi de 0,84% em novembro e no resultado acumulado 12 meses, o INPC ficou em 10,96%. O aperto nas condições financeiras já produziu uma queda significativa nas projeções de crescimento para o próximo ano, o que deve ajudar a reverter a alta nos núcleos de inflação. Os juros mais altos também parecem ter servido para reduzir a vulnerabilidade do real, que passou a oscilar menos contra o dólar com relação às moedas de outros emergentes. Na economia, as projeções de inflação continuam piorando, o que deve levar o Banco Central a uma Selic terminal mais alta. Nesse ambiente, as perspectivas de crescimento para 2022 caminham para recessão. O Ibovespa encerrou o mês com valorização de -1,53%, entre os motivos que afetaram o desempenho do índice, está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios. Nos demais indicadores, os EUA se destacaram em comparação ao resto do mundo. No Brasil, nos aproximamos do ano de eleições presidenciais o que deve contribuir ainda mais para a volatilidade relevante nas expectativas de juros, impactando os preços dos ativos de renda fixa. Na renda variável, devido à desaceleração do crescimento mundial sugerimos escolher bem os ativos na renda variável com viés passivos, claro que a renda variável não vai deixar de ser atrativa com o aumento da Selic, mas sugerimos priorizar a gestão ativa. Assim permanecemos com nossa linha, ou seja, o mais recomendado para o momento ainda é a "cautela controlada" ao assumir posições mais arriscadas, a volatilidade nos

mercados deve se manter. Quanto a ativos de proteção, sugerimos privilegiar, por enquanto, ativos DI. Quanto as despesas utilizar ativos com menor volatilidade e novos aportes utilizar os DI ou de prazos médio e gestão mais eficiente. Para o IMA-B não estamos recomendando o aporte no segmento, com a estratégia de alocação em torno de 10%, sendo indicado para os RPPS que possuem porcentagem igual ou maior, aos que possuem porcentagem inferior a 10%, recomendamos a não movimentação no segmento. Acreditamos que a melhor forma de se proteger de riscos é através de uma carteira diversificada, o que inclui ativos de renda fixa e variável. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente ata.


Mariane Ribeiro Simch


Mário Nelson do Prado Escobar

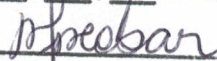
Alex Barcelos Robalo


Paulo Moacir Ferreira Bambil Filho


Joner Luiz Carvalho Pereira

Publicado no Mural, conforme
Lei Nº 2326, de 03 de setembro de 2013.

23/12/2023



Sec. da Administração e Planejamento

Maritane Cunha Escobar
Agente Administrativa Auxiliar
Portaria Nº 14.958/2003